

A SAÚDE MATERNO-INFANTIL EM AMBIENTE PRISIONAL: REVISÃO INTEGRATIVA

Estherfane Ribeiro de Lima

Itala Letice Pereira Lessa

Lívia da Silva Farias

Jéssica Kelly Alves Machado da Silva

Resumo: A prática da maternidade no ambiente prisional se torna ainda mais complicada, tanto para a mãe quanto para o bebê e a assistência de saúde prestada a ambos não é viável. Logo, este estudo tem como objetivo analisar as interferências sob as condições da saúde materno-infantil dentro do ambiente prisional. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo revisão integrativa realizado entre março e abril de 2018 a partir da busca de artigos publicados em língua portuguesa nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual de Saúde Enfermagem (BVSENF) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Observou-se que as dificuldades de acesso às práticas de cuidado e aos seus direitos legais se configuram, ainda, na falta de humanização nos partos, na falta de estrutura dos presídios para dar assistência as gestantes, tornando uma dificuldade de enfrentamento maior durante a gestação fazendo com que as mães vivenciem situações degradantes na prisão que interferem na qualidade de vida dos mesmos. Somando-se a isto, nota-se que o serviço de saúde prestado não tem funcionado como uma proteção e garantia dos direitos desse grupo populacional. A precária assistência pré-natal, parto e período puerperal, bem como os diversos tipos de violência que as mulheres sofrem em cárcere denotam a dificuldade de exercer a maternidade.

Palavras-chave: Maternidade. Saúde materno-infantil. Prisão.

Abstract: The practice of motherhood in the prison environment becomes even more complicated for both a mother and the baby and health care provided to both is not feasible. Therefore, this study aims to analyze maternal and child health conditions within the prison environment. It is a descriptive study, of the type integrative review carried out between

March and April of 2018 from the search of articles on the Portuguese language in the Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS) databases, Virtual Library Health Nursing (BVSENF) and Scientific Electronic Library Online (SCIELO). The difficulties of access to care practices and legal rights are also due to the lack of humanization in the processes, the lack of prison structure to assist as pregnant women, becoming a difficulty of coping during pregnancy. mothers to experience degrading situations in prison that interfere with the quality of their lives. In addition to this, it should be noted that the health service provided has not functioned as a protection and guarantee of the rights of this population group. The woman is prenatal, part and period puerperal, as well as the types of violence that women suffer as a function of the difficulty of exercising a maternity.

Keywords: Maternal and child health; Maternity; Prison

1 INTRODUÇÃO

A ideia de aprisionar indivíduos que cometeram crimes se dá como forma de punição e afastamento destes do convívio social, excluindo-os da condição de cidadão. No que diz respeito ao Brasil, os presídios encontram-se lotados e com condições estruturais precárias, não tendo os presos a efetivação de seus direitos legais. Especificando o assunto para a temática feminina, esta realidade se torna ainda mais cruel, pois a construção e funcionamento dos presídios não atendem às necessidades do gênero, gerando uma sobrecarga penal para as mulheres (SIMAS et al, 2015; STELKO-PEREIRA e ORMÊNO, 2015).

Se para uma mulher este meio já é dificultoso, a prática da maternidade no ambiente prisional se torna ainda mais complicada, tanto para a mãe quanto para o bebê. A assistência de saúde prestada a ambos não é viável. Há pouco profissionais de saúde para o acompanhamento, assim como há estabelecido uma cultura de desumanização e falta de empatia dos mesmos para com as reclusas (SILVA et al, 2015).

Partindo do pressuposto de que mãe-bebê no cárcere não contemplam integralmente seus direitos legais e são vítimas de discriminação e descaso por parte dos profissionais de saúde, dos presídios e da sociedade, a pergunta norteadora deste estudo foi: Como o ambiente prisional interfere nas condições de saúde-doença do binômio mãe-filho?

Diante do exposto, essa pesquisa tem como objetivo analisar a literatura brasileira a respeito das condições de saúde das mulheres encarceradas e seus filhos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No âmbito federal, A Lei de Execução Penal, Lei Nº 7.210/1984, institui que devem ser fornecidos à mãe e ao seu bebê acompanhamento médico, berçário, seção para gestante e parturiente e creche para abrigar crianças, assim como reconhece à mulher presa o direito de amamentar seus filhos e cuidar deles, no mínimo, até seis meses, tendo como obrigatoriedade os presídios manter as condições para a permanência dos mesmos durante o período de amamentação (VENTURA, SIMAS e LAROUZÉ, 2016; DIUANA et al, 2016).

No que diz respeito à assistência ao pré-natal, em 2003 o Ministério da Saúde, em ação integrada com o Ministério da Justiça, institui o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), que entre suas ações, assegura a mulher o direito ao pré-natal assim que descoberta a gravidez. As gestantes devem ser transferidas para uma unidade prisional que possua equipe médica e estrutura física para acompanhamento de toda a gestação. É de conhecimento delas que este é um momento de informação do estado de saúde do feto e das possíveis doenças que as mesmas possuem, dos exames laboratoriais que devem ser feitos e dos medicamentos que necessitam ser tomados para prevenir más formações e enfermidades. (SILVA et al, 2015; CARNEIRO E VERÍSSIMO, 2016).

3 METODOLOGIA

Estudo descritivo, do tipo revisão integrativa, elaborado entre março e abril de 2018 a partir da busca de artigos publicados em língua portuguesa nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual de Saúde Enfermagem (BVSENF) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Foi realizada uma combinação entre descritores e operadores booleanos da seguinte forma: “maternidade” AND “prisão”, “direitos” AND “mulheres” OR “prisão” AND “maternidade”, e, por fim, “materno-infantil” AND “prisão” AND “assistência” AND “pré-natal”.

Como critérios de seleção foram inclusos textos publicados a partir de 2011, que atendessem ao objetivo da pesquisa. Este recorte temporal foi definido no intuito de evidenciar informações que não fossem ultrapassadas, e por considerar o aumento na população feminina carcerária brasileira nos últimos anos (STELKO-PEREIRA e ORMEÑO, 2015).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram selecionados 9 artigos para compor este estudo, os quais evidenciaram que as condições do ambiente prisional são deletérias para a gestação e o desenvolvimento infantil. Stelko-pereira e Ormeño (2015) relatam o espaço físico restrito, o que deixava a criança agitada, barulho constante das outras encarceradas, tornando o ambiente pesado, e local de banho coletivo e inadequado.

Diante das irregularidades presentes no sistema prisional que afetam a saúde das mães e seus filhos, A estrutura física penitencial desencadeadora de doenças respiratórias na criança também é evidenciada na pesquisa de Silva, Luz e Cechett (2011).

A falta de estrutura dos presídios para atender às necessidades das gestantes torna a gestação uma dificuldade de enfrentamento ainda maior. Duas das assistências mais importantes durante o período grávido-puerperal são em relação à amamentação, que beneficia a saúde da mãe e do bebê, e ao pré-natal, que contribui para a redução dos coeficientes de mortalidade materno-infantil (VENTURA, SIMAS e LAROUZÉ, 2016; ARAÚJO et al, 2015).

No que foi descrito por Silva, Luz e Cechett (2011), as mães enfrentam dificuldades em relação à lactação e não possuem suporte especializado para superar os problemas comuns do aleitamento materno. Outro aspecto observado é a alimentação, ofertada nos presídios, que não é adequada para o binômio mãe-filho por ser pobre em variedade e nutrientes. Matão et al (2016) ressalta que a importância não é tida apenas pelos valores nutricionais do leite, mas também pelo ato de amamentar, considerado uma ação que promove o aumento do afeto entre mãe e filho.

Adicionalmente, Silva et al (2015) aponta ainda que a relevância de escutar os relatos das gestantes e esclarecer as suas dúvidas é negligenciada pelos profissionais de saúde, que falham na troca de informações dentro da unidade prisional, influenciando como indicador da baixa qualidade do pré-natal. Falhas recorrentes são atrasos nas consultas, procedimentos que não são feitos e as orientações que não são repassadas.

As dificuldades de acesso às práticas de cuidado e aos seus direitos legais se configuram, ainda, na falta de humanização nos partos. Foi constatado por Diuana et al (2016) que há gestantes sem permissão para um acompanhante durante o parto, apesar da Lei nº 8.080 determinar a presença deste junto à parturiente durante todo o período de

trabalho de parto e pós-parto imediato. Ademais, as vivências de humilhação durante a permanência no hospital refletem como são tratadas desigualmente por parte dos profissionais de saúde.

Além disso, a falta de atenção à saúde da população infantil que reside nos presídios se configura de outras formas. O pouco tempo de permanência de pediatras intramuros, e até mesmo na falta destes, gera situações em que há necessidade de transportar os bebês a serviços de saúde extramuros – apesar da lei nº 11.942, instituída em 2009, assegurar às mães presas e aos seus filhos condições mínimas de assistência. (DIUANA et al, 2016; SILVA, LUZ e CECHETT, 2011). Neste caso, as dificuldades se estabelecem por ineficácia do transporte, que resulta na demora ao atendimento da criança e possível agravo a sua situação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a literatura, evidencia-se que a deficiência de caráter estrutural no sistema prisional brasileiro faz com que mulheres grávidas, mães e suas próprias crianças vivenciem situações degradantes na prisão que interferem na qualidade de vida dos mesmos. Somando-se a isto, nota-se que o serviço de saúde prestado não tem funcionado como uma proteção e garantia dos direitos desse grupo populacional. A precária assistência pré-natal, parto e período puerperal, bem como os diversos tipos de violência que as mulheres sofrem em cárcere denotam a dificuldade de exercer a maternidade. Logo, conclui-se que é necessário um novo olhar para as questões do encarceramento feminino dispensado às mulheres presas no Brasil, por meio de oportunidades de promoção da saúde, educação e autoconhecimento de seus direitos legais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. N. V.; MOURA, L. B.; NETO, E. A. F.; BISPO, T. C. F. Percepção de mães presidiárias sobre os motivos que dificultam a vivência do binômio. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v.3, n.2, p.131-142. 2014.

CARNEIRO, Z. S.; VERÍSSIMO, M. de L. Ó. R. Gestação e desenvolvimento de bebês em situação de cárcere. **Extensão em Ação**, Fortaleza. v.2, n.11, p.39-49. 2016.

DIUANA, V.; VENTURA, M.; SIMAS, L.; LAROUZÉ, B.; CORREA, M. Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade. **Ciênc. saúde coletiva**, v.21, n.7, p.2041-2050. 2016.

MATÃO, M.E.L.; MIRANDA, D.B.; MALAQUIAS, A.; SOUZA, E. L. S. Maternidade atrás das grades: particularidades do binômio mãe e filho. **Rev. Enferm. Cent. O. Min.** v. 6, n. 2, p.2235-2246. 2016.

SILVA, E.F.; LUZ, A.M.H.; CECHETT, F.H. Maternidade atrás das grades. **Enfermagem em Foco**. v.2, n.1, p.33-37. 2011.

SILVA, M.M.; FREITAS, C.R.C.; SILVA, A.M.; GUERRA, M. C. G. C.; ALMEIDA, S. M. O. Percepção das mulheres sobre a assistência pré-natal prestada na colônia penal feminina. **Revista Enfermagem UFPE on line**. v.9, n.7, p.9038-45. 2015.

SIMAS, L.; VENTURA, M.; BAPTISTA, M. R.; LAROUZÉ, B. A jurisprudência brasileira acerca da maternidade na prisão. **Revista de Direito GV**, São Paulo. v.11, n.2, p.547-571. 2015.

STELKO-PEREIRA, N. C.; ORMEÑO, G. R. Filhos nascidos no cárcere e as dificuldades do exercício da maternidade em ambiente prisional. **Psicologia Argumento**, Curitiba. v.33, n.82, p.432-445. 2015.

VENTURA, M.; SIMAS, L.; LAROUZÉ, B. Maternidade atrás das grades: em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação brasileira. **Cad. Saúde Pública**. v.31, n.3, p.607-619, 2015.